

**O 18 DE BRUMÁRIO DE LOUIS BONAPARTE<sup>94</sup>****PARTE II A III****EL 18 BRUMARIO DE LUIS BONA****PARTE II A III****THE 18 OF LOUIS BONAPARTE BRUMAIRE****PART II TO III**

Karl Marx

**Capítulo III<sup>95</sup>**

A Assembléia Legislativa Nacional reuniu-se a 28 de maio de 1849. A 2 de dezembro de 1851 foi dissolvida. Esse período cobre a vida efêmera da república Constitucional ou república parlamentar.

Na primeira Revolução Francesa o domínio dos Constitucionalistas é seguido do domínio do girondinos<sup>96</sup> e o domínio dos girondinos pelo dos jacobinos. Cada um desses partidos se apoia no mais avançado. Assim que impulsiona a revolução o suficiente para se tornar incapaz de levá-la mais além, e muito menos de marchar à sua frente, é posto de lado pelo aliado mais audaz que vem atrás e mandado à guilhotina. A revolução move-se, assim, ao longo de uma linha ascensional.

Com a Revolução de 1848 dá-se o inverso. O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno-burguês democrático. É traído e abandonado por esse a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho. O partido democrata, por sua vez, se apoia no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apoiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trambolhões os republicanos burgueses e atira-se, por sua vez, nos ombros das forças armadas. Imagina manter-se ainda sobre estes ombros militares, quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas. Cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para a frente e apoia pela frente aquele que o empurra para trás. Não é de admirar que essa postura ridícula perca o equilíbrio e, feitas as inevitáveis caretas, caia por terra em estranhas cabriolas. A revolução move-se, assim, em linha descendente. Encontra-se nesse estado de movimento regressivo antes mesmo de ser derrubada a última barricada de fevereiro e constituído o primeiro órgão revolucionário.

O período que temos diante de nós abrange a mais heterogênea mistura de contradições

clamorosas: Constitucionalistas que conspiram abertamente contra a Constituição; revolucionários declaradamente Constitucionalistas; uma Assembléia Nacional que quer ser onipotente e permanece sempre parlamentar; uma Montanha que encontra sua vocação na paciência e se consola de suas derrotas atuais com profecias de vitórias futuras; realistas que são *patres conscripti*<sup>97</sup> da república e que são forçados pela situação a manter no estrangeiro as casas reais hostis, de que são partidários, e a manter na França a república que odeiam; um Poder Executivo que encontra sua força em sua própria debilidade e sua respeitabilidade no desprezo que inspira; uma república que nada mais é do que a infâmia combinada de duas monarquias, a Restauração<sup>98</sup> e a monarquia de julho, com rótulo imperialista; alianças cuja primeira cláusula é a separação; lutas cuja primeira lei é a indecisão; agitação desenfreada e desprovida de sentido em nome da tranqüilidade, os mais solenes sermões sobre a tranqüilidade em nome da revolução; paixões sem verdade, verdades sem paixões, heróis sem feitos heróicos, história sem acontecimentos; desenvolvimento cuja única força propulsora parece ser o calendário, fatigante pela constante repetição das mesmas tensões e relaxamentos; antagonismos que parecem evoluir periodicamente para um clímax, unicamente para se embotarem e desaparecer sem chegar a resolver-se; esforços pretensiosamente ostentados e terror filisteu ante o perigo de o mundo acabar-se, e ao mesmo tempo as intrigas mais mesquinhas e comédias palacianas representadas pelos salvadores do mundo que, em seu *laisser aller* recordam mais do que o dia do juízo final nos tempo da Fronda - o gênio coletivo oficial da França reduzido a zero pela estupidez astuciosa de um único indivíduo; a vontade coletiva da nação, sempre que se manifesta por meio do sufrágio universal, buscando sua expressão adequada nos inveterados inimigos dos interesses das massas, até que finalmente a encontra na obstinação de um flibusteiro. Se existe na história do mundo um período sem nenhuma relevância, é este. Os homens e os acontecimentos aparecem como *Schlemihls*<sup>99</sup> invertidos, como sombras que perderam seus corpos. A revolução paralisa seus próprios portadores, e dota apenas os adversários de uma força apaixonada. Quando o "espectro vermelho", continuamente conjurado e exorcizado pelos contra-revolucionários, finalmente aparece, não traz à cabeça o barrete frígido da anarquia, mas enverga o uniforme da ordem, os culotes vermelhos.

Vimos que o ministério nomeado por Bonaparte, no dia de sua ascensão, 20 de dezembro de 1848, era um ministério do partido da ordem, da coligação legitimista e orleanista. Esse ministério Barrot-Falloux<sup>100</sup> sobrevivera à Assembléia Constituinte republicana, cujo termo de vida cortara de um modo mais ou menos violento, e encontrava-se ainda ao leme. Chagarier, o general dos monarquistas coligados, continuou a reunir em sua pessoa o comando geral da Primeira Divisão do Exército e da Guarda Nacional de Paris. Finalmente, as eleições gerais haviam assegurado ao partido da ordem uma ampla maioria na Assembléia Nacional. Os deputados e pares de Luís Filipe defrontaram-se aqui com uma hoste sagrada de legitimistas, para os quais muitos dos votos da ação haviam-se transformado em cartões de ingresso para o teatro político. A representação bonapartista era por demais escassa para poder formar um partido parlamentar independente. Apareciam apenas como *mauvaise queue* do partido da ordem. O partido da ordem encontrava-se, assim, de posse do poder governamental, do exército e do Poder Legislativo, em suma, de todo o poder estatal; fora moralmente fortalecido pelas eleições gerais, que fizeram aparecer no seu domínio como sendo a expressão da vontade do povo, e pelo simultâneo triunfo da contra-revolução

em todo o Continente europeu.

Nunca um partido iniciou sua campanha com tantos recursos ou sob auspícios tão favoráveis.

Os republicanos puros naufragados verificaram que estavam reduzidos a um grupo de cerca de 50 homens na Assembléia Legislativa Nacional, chefiados pelos generais africanos Cavaignac<sup>101</sup>, Lamoricière<sup>102</sup> e Bedeau<sup>103</sup>. O grande partido da oposição, entretanto, era constituído pela Montanha, o partido social-deomocrata adotara no Parlamento este nome de batismo. Comandava mais de 200 dos 750 votos da Assembléia Nacional e era, por conseguinte, pelo menos tão poderoso quanto qualquer das três frações do partido da ordem tomadas isoladamente. Sua inferioridade numérica em comparação com toda a coligação monarquista parecia estar compensada por circunstâncias especiais. Não só as eleições departamentais demonstraram que ele havia conquistado um número considerável de partidários entre a população rural como contava em suas fileiras com quase todos os deputados eleitos por Paris; o exército fizera profissão de fé democrática elegendo três suboficiais, e o líder da Montanha, Ledru-Rollin<sup>104</sup>, em contraste com todos os representantes do partido da ordem, fora elevado à nobreza parlamentar por cinco departamentos, que haviam concentrado nele a sua votação. Em vista dos inevitáveis choques entre os monarquistas e de todo o partido da ordem com Bonaparte, a 28 de maio de 1849 a Montanha parecia ter diante de si todos os elementos de êxito. Quinze dias depois perdia tudo, inclusive a honra.

Antes de prosseguirmos com a história parlamentar desta época tornam-se necessárias algumas observações a fim de evitar as concepções errôneas tão comuns a respeito do caráter geral da época que temos diante de nós. Aos olhos dos democratas, o período da Assembléia Legislativa Nacional caracterizava-se pelo mesmo problema vivido durante a Assembléia Constituinte: a simples luta entre republicanos e monarquistas. Resumiam, entretanto, o movimento propriamente dito em uma só palavra: "reação" - noite em que todos os gatos são pardos e que lhes permite desfiar todos os seus lugares-comuns de guarda-oturo. E, certamente, à primeira vista, o partido da ordem revela um emaranhado de diferentes facções monarquistas, que não só intrigam uma contra a outra, cada qual tentando elevar ao trono o seu próprio pretendente e excluir o da facção contrária, como se unem todas no ódio comum e as investidas comuns contra a "república". Em contraste com essa conspiração monarquista, a Montanha, por seu lado, aparece como representante da "república". O partido da ordem parece estar perpetuamente empenhado em uma "reação", dirigida contra a imprensa, o direito de associações e coisas semelhantes, uma reação nem mais nem menos como a que sucedeu a Prússia, e que, com a Prússia, é exercida na forma de brutal interferência policial por parte da burocracia, da gendarmaria e dos tribunais. A Montanha, por sua vez, está igualmente ocupada em aparar esses golpes, defendendo assim os "eternos direitos do homem", como todos os partidos supostamente populares vêm fazendo, mais ou menos, há um século e meio. Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a luta de classes e a fisiologia peculiar da época.

Os legitimistas e os orleanistas<sup>105</sup>, como dissemos, formavam as duas grandes facções do partido da ordem. O que ligava estas facções aos seus pretendentes e as opunha uma à outra seriam apenas as flôres-de-lís e a bandeira tricolor, a Casa dos Bourbons<sup>106</sup> e a Casa de Orléans, diferentes matizes do monarquismo? Sob os Bourbons governara a grande propriedade territorial, com seus padres e lacaios;

sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o capital, com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. A monarquia legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a monarquia de julho fora apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses arrivistas. O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas a uma ou a outra casa real - quem os rega? Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constitui os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta. Embora orleanistas e legitimistas, embora cada facção se esforçasse por convencer-se e convencer os outros de que o que as separava era sua lealdade às duas casas reais, os atos provaram mais tarde que o que impedia a união de ambas era mais a divergência de seus interesses. E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pesa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade. Orleanistas e legitimistas encontram-se lado a lado na república, com pretensões idênticas. Se cada lado desejava levar a cabo a restauração de sua própria casa real, contra a outra, isto significava apenas que cada um dos dois grandes interesses em que se divide a burguesia - o latifúndio e o capital - procurava restaurar sua própria supremacia e suplantar o outro. Falamos em dois interesses da burguesia porque a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna. Também os tories<sup>107</sup> na Inglaterra imaginaram por muito tempo entusiasmar-se pela monarquia, a igreja e as maravilhas da velha Constituição inglesa, até que a hora do perigo arrancou-lhes a confissão de que se entusiasmassem apenas pela renda territorial.

Os monarquistas coligados intrigavam-se uns contra os outros pela imprensa, em Ems, em Claremont, fora do Parlamento. Atrás dos bastidores envergavam novamente suas velhas libré orleanistas e legitimistas e novamente se empenhavam nas velhas disputas. Mas diante do público, em suas grandes representações de Estado, como grande partido parlamentar, iludem suas respectivas casas reais com simples medidas e *adiam in infinitum* a restauração da monarquia. Exercem suas verdadeiras atividades como partido da ordem, ou seja, sob um rótulo social, e não sob um rótulo político; como representantes do regime burguês, e não como paladinos de princesas errantes; como classe-burguesa contra as outras classes e não como monarquistas contra republicanos. E como partido da ordem exerciam um poder mais amplo e severo sobre as demais classes da sociedade do que jamais haviam exercido sob a Restauração ou sob a monarquia de julho, um poder que, de maneira geral, só era possível sob a forma de república parlamentar, pois apenas sob esta forma podiam os dois grandes setores da burguesia francesa unir-se e, assim, pôr na ordem do dia o domínio de sua classe, em vez do regime de uma facção privilegiada desta

classe. Se, não obstante, como partido da ordem, insultavam também a república e manifestavam a repugnância que sentiam por ela, isto não era devido apenas a recordações monarquistas. O instinto ensinava-lhes que a república, é bem verdade, torna completo seu domínio político, mas ao mesmo tempo solapa suas fundações sociais, uma vez que têm agora de se defrontar com as classes subjugadas e lutar com elas sem qualquer mediação, sem poderem esconder-se atrás da coroa, sem poderem desviar o interesse da ação com as lutas secundárias que sustentavam entre si e contra a monarquia. Era um sentimento de fraqueza que os fazia recuar das condições puras do domínio de sua própria classe e ansiar pelas antigas formas, mais incompletas, menos desenvolvidas e portanto menos perigosas, desse domínio. Por outro lado, cada vez que os monarquistas coligados entram em conflito com o pretendente que se lhes opunha, com Bonaparte, cada vez que julgam sua onipotência parlamentar ameaçada pelo Poder Executivo, cada vez, portanto, que têm que exibir o título político de seu domínio, apresentam-se como republicanos e não como monarquistas, desde o orleanista Thiers, que adverte a Assembléia Nacional de que a república é o que menos os separa, até o legitimista Berryer<sup>108</sup> que, a 2 de dezembro de 1851, cingindo uma faixa tricolor, arenga o povo reunido diante da prefeitura do décimo distrito em nome da república. É claro que um eco zombeteiro responde-lhe: Henrique V! Henrique V!

Contra a burguesia coligada fora formada uma coalizão de pequenos burgueses e operários, o chamado partido social democrata. A pequena burguesia percebeu que tinha sido mal recompensada depois das jornadas de maio e junho de 1848, que seus interesses materiais corriam perigo e que as garantias democráticas que deviam assegurar a efetivação desses interesses estavam sendo questionadas pela contrarrevolução. Em vista disto aliou-se aos operários. Por outro lado, sua representação parlamentar, a Montanha, posta à margem durante a ditadura dos republicanos burgueses, reconquistara a segunda metade do período da Assembléia Constituinte sua popularidade perdida com a luta contra Bonaparte e os ministros monarquistas. Concluía uma aliança com os dirigentes socialistas. Em fevereiro de 1849 a reconciliação foi comemorada com banquetes. Foi elaborado um programa comum, organizados comitês eleitorais comuns e lançados candidatos comuns. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a social-democracia. A nova Montanha, resultado dessa combinação, continha, além de alguns figurantes tirados da classe operária e de alguns socialistas sectários, os mesmos elementos da velha Montanha, mas, mais fortes numericamente. Em verdade, ela se tinha modificado no curso do desenvolvimento, com a classe que representava. O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam efetuadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia. Só que não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação

são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes. Não se deve imaginar, tampouco, que os representantes democráticos sejam na realidade todos *shopkeepers* (lojistas) ou defensores entusiastas destes últimos. Segundo sua formação e posição individual podem estar tão longe deles como o céu da terra. O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam.

Depois desta análise, é evidente que se a Montanha lutava continuamente contra o partido da ordem em prol da república e dos chamados direitos do homem nem na república nem os direitos do homem constituíam seu objetivo final, da mesma maneira por que um exército ao qual se quer despojar de suas armas e que resiste não entrou em luta, com o objetivo de conservar a posse de suas armas.

Logo que se reuniu na Assembléia Nacional, o partido da ordem provocou a Montanha. A burguesia sentia agora a necessidade de acabar com a pequena burguesia democrática, assim como um ano atrás compreendera a necessidade de ajustar contas com o proletariado revolucionário. Apenas, a situação do adversário era diferente. A força do partido proletário estava nas ruas, ao passo que a da pequena burguesia estava na própria Assembléia Nacional. Tratava-se, pois de atraí-los para fora da Assembléia Nacional, para as ruas, e fazer com que eles mesmos destroçassem sua força parlamentar antes que o tempo e as circunstâncias pudessem consolidá-la. A Montanha precipitou-se de corpo e alma na armadilha.

O bombardeio de Roma pelas tropas francesas foi a isca que lhe atiraram. Violava o artigo 5 da Constituição, que proibia qualquer declaração de guerra por parte do Poder Executivo sem o assentimento da Assembléia Nacional, e em resolução de 8 de maio a Assembléia Constituinte expressara sua desaprovação à expedição romana. Baseado nisso, a 11 de junho de 1849 Ledru-Rolli apresentou um projeto de impeachment contra Bonaparte e seus ministros. Exasperado pelas alfinetadas de Thiers, deixou-se a realidade arrastar ao ponto de ameaçar defender a Constituição por todos os meios, inclusive de armas a mão. A Montanha levantou-se como um só homem e repetiu esse apelo às armas. A 12 de junho a Assembléia Nacional rejeitou o projeto de impeachment e a Montanha deixou o Parlamento. Os acontecimentos de 13 de junho são conhecidos: a proclamação lançada por uma ala da Montanha declarando Bonaparte e seus ministros "fora da Constituição!"; a passeata da Guarda Nacional democrática que, desarmada como estava, dispersou-se ao defrontar as tropas de Chagarier etc. etc. Uma parte da Montanha fugiu para o estrangeiro; outra parte foi citada pelo Supremo Tribunal de Bourges, e uma resolução parlamentar submeteu os restantes à vigilância de bedel do presidente da Assembléia Nacional. O estado de sítio foi novamente declarado em Paris e a ala democrática da Guarda Nacional dissolvida. Quebrou-se, assim, a influência da Montanha no Parlamento e a força da pequena burguesia em Paris.

Lyon, onde o 13 de junho dera a senha para uma sangrenta insurreição operária foi, juntamente com os cinco departamentos adjacentes, declarada igualmente sob estado de sítio, situação que perdura até

o presente momento.

A maior parte da Montanha abandonara sua vanguarda na hora difícil, recusando-se a assinar a proclamação. A imprensa desertara, apenas dois jornais ousado publicar o pronunciamento. A pequena burguesia traiu seus representantes, pelo fato de a Guarda Nacional ou não aparecer ou, onde apareceu, impedir o levantamento de barricadas. Os representantes, por sua vez, ludibriaram a pequena burguesia, pelo fato de que os seus pretensos aliados do exército não apareceram em lugar nenhum. Finalmente, em vez de ganhar forças com o apoio do proletariado, o partido democrático infetara o proletariado com sua própria fraqueza e, como costuma acotecer com os grandes feitos dos democratas, os dirigentes tiveram a satisfação de poder acusar o "povo" de deserção, e o povo a satisfação de poder acusar seus dirigentes de o terem iludido.

Raramente fora uma ação anunciada tão estrepitosamente como na iminente campanha da Montanha, raramente um acontecimento fora alardeado com tanta segurança ou com tanta antecedência como a vitória inevitável da democracia. É mais do que certo que os democratas acreditam nas trombetas diante de cujos toques ruíram as muralhas de Jericó. E sempre que enfrentam as muralhas do despotismo procuram imitar o milagre. Se a Montanha queria vencer o Parlamento, não devia ter apelado para as armas. Se apelou para as armas o Parlamento, não devia ter-se comportado nas ruas de maneira parlamentar. Se a demonstração pacífica tinha um caráter sério, então era loucura não prever que teria uma recepção belicosa. Se se pretendia realizar uma luta efetiva, então era uma idéia esquisita depor as armas com que teria que ser conduzida esta luta. Mas as ameaças revolucionárias da pequena burguesia e de seus representantes democráticos não passam de tentativas de intimidar o adversário. E quando se vêem em um beco sem saída, quando se comprometeram o suficiente para tornar necessário levar a cabo suas ameaças, fazem-no então de maneira ambígua, que evita principalmente os meios de alcançar o objetivo, e tenta encontrar pretextos para sucumbir. A estrepitosa abertura que anunciou a contenda perde-se em um murmúrio pusilânime assim que a luta tem que começar; os atores deixam de se levar a sério e a peça murcha lamentavelmente, como um balão furado.

Nenhum partido exagera mais os meios de que dispõe, nenhum se ilude com tanta leviandade sobre a situação como o partido democrático. Como uma ala do exército votara em seu favor, a Montanha estava agora convencida de que o exército se levantaria ao seu lado. E em que situação? Em uma situação que, do ponto de vista das tropas, não tinha outro significado senão o de que os revolucionários haviam-se colocado ao lado dos soldados romanos, contra os soldados franceses. Por outro lado, as recordações de junho de 1848 ainda estavam muito frescas para provocar outra coisa que não fosse a profunda aversão do proletariado à Guarda Nacional e a completa desconfinança dos chefes das sociedades secretas em relação aos dirigentes democráticos. Para superar essas diferenças era necessário que grandes interesses comuns estivessem em jogo. A violação de um parágrafo abstrato da Constituição não poderia criar esses interesses. Não fora a Constituição violada repetidas vezes, segundo afirmavam os próprios democratas? Não haviam os periódicos mais populares estigmatizado essa Constituição como sendo obra desconchavada de contra-revolucionários? Mas o democrata, por represetar a pequena burguesia, ou seja, uma classe de transição a qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina

estar acima dos antagonismos de classes em geral. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada mas eles, com todo o resto da ação, constituem o povo. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Tem apenas que dar o sinal e o povo, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores. Mas se na prática seus interesses mostram-se sem interesse e sua potência, impotência, então ou a culpa cabe aos sofistas periciosos, que dividem o povo indivisível em diferentes campos hostis, ou o exército estava por demais embrutecido e cego para compreender que os puros objetivos da democracia são o que há de melhor para ele, ou tudo fracassou devido a um detalhe na execução, ou então um imprevisto estragou desta vez a partida. Haja o que houver, o democrata sai da derrota mais humilhante, tão imaculado como era inocente quando entrou na questão, com a convicção recém-adquirida de que terá forçosamente que vencer, não porque ele e seu partido deverão abandonar o antigo ponto de vista, mas, pelo contrário, porque as condições tem que amadurecer para se porem de acordo com ele.

Não se deve imaginar, por conseguinte, que a Montanha, dizimada e destroçada como estava, e humilhada pelo novo regulamento parlamentar, estivesse especialmente desconsolada. Se o 13 de Junho removera seus dirigentes, tinha, por outro lado, aberto vaga para homens de menor envergadura, que se sentiam desvanecidos com esta nova posição. Se sua impotência no Parlamento já não deixava lugar a dúvida, tinham agora o direito de limitar suas atividades a rasgos de indignação moral e ruidosa oratória. Se o partido da ordem simulava ver encarados neles os últimos representantes oficiais da revolução e todos os horrores da anarquia, podiam mostrar-se na realidade ainda mais insípidos e modestos. Consolaram-se, entretanto, pelo 13 de junho, com esta sentença profunda: Mas se ousarem investir contra o sufrágio universal, bem, então lhes mostraremos de que somos capazes! *Nous verrons!*

Quanto aos *montagnards* que haviam fugido para o estrangeiro, basta observar aqui que Ledru-Rolli, em vista de ter conseguido arruinar irremediavelmente, em menos de 15 dias, o poderoso partido que chefiava - via-se agora chamado a formar um governo francês in partibus, que à medida que caía o nível da revolução e os maiores oficiais da França oficial diminuía de tamanho, sua figura à distancia, fora do campo de ação, parecia crescer em estatura; que podia figurar como pretendente republicano para 1852, e que dirigia circulares periódicas aos valáquios e a outros povos, as quais os déspotas do Continente eram ameaçados com as façanhas dele e de seus confederados. Estaria Proudhon<sup>109</sup> inteiramente errado quando gritou a esses senhores: *Vous 'êtes que des blagueurs?*

A 13 de junho o partido da ordem não tinha apenas destroçado a Montanha: tinha efetuado a subordinação da Constituição às decisões majoritárias da Assembléia Nacional. E compreendia a república da seguinte maneira: que a burguesia governa aqui sob formas parlamentares, sem encontrar, como a monarquia, quaisquer barreiras tais como o veto do Poder Executivo ou o direito de dissolver o Parlamento. Esta era uma república parlamentar, como a cognominou Thiers. Mas se a burguesia assegurou a 13 de junho sua onipotência dentro do Parlamento, não tornara ao mesmo tempo o próprio Parlamento irremediavelmente fraco diante do Poder Executivo e do povo, expulsado a bancada mais

popular? Entregado numerosos deputados, sem maiores formalidades, por intimação dos tribunais, ela aboliu suas próprias imunidades parlamentares. O regulamento humilhante a que submeteu a Montanha exaltava o presidente da República a mesma medida em que degradava os representantes do povo. Denunciando uma insurreição em defesa da carta Constitucional como um ato de anarquia visando à subversão do regime, vedou a si própria a possibilidade de recorrer à insurreição no caso de o Poder Executivo violar contra ela a Constituição. E, por ironia da história, o general que por ordem de Bonaparte bombardeou Roma e forneceu, assim, o motivo imediato da revolta Constitucional de 13 de junho, aquele mesmo Oudinot, seria o homem que o partido da ordem, suplicante e inutilmente, apresentaria ao povo a 2 de dezembro de 1851 como o general que defendia a Constituição contra Bonaparte. Outro herói do 13 de junho, Vieyra<sup>110</sup>, que fora elogiado da tribuna da Assembléia Nacional pelas brutalidades que cometera nas redações de jornais democráticos à frente de um bando da Guarda Nacional pertencente aos altos círculos financeiros - este mesmo Vieyra fora iniciado na conspiração de Bonaparte e contribuiu essencialmente para privar a Assembléia Nacional, na hora de sua morte, de qualquer proteção por parte da Guarda Nacional.

O 13 de junho tem ainda outro significado. A Montanha havia querido forçar o impeachment de Bonaparte. Sua derrota foi, portanto, uma vitória direta de Bonaparte, seu triunfo pessoal sobre seus inimigos democratas. O partido da ordem conquistou a vitória; Bonaparte tinha apenas que embolsá-la. Foi o que fez. A 14 de junho podia ler-se nos muros de Paris uma proclamação em que o presidente, relutantemente, como que a contragosto, compelido pela simples força dos acontecimentos, emerge de seu isolamento claustral e, afetando virtude ofendida, queixa-se das calúnias de seus adversários e, embora pareça identificar sua pessoa com a causa da ordem, antes identifica a causa da ordem com sua pessoa. Além disso, a Assembléia Nacional havia, é bem verdade, aprovado subsequente a expedição contra Roma, mas Bonaparte assumira a iniciativa da questão. Depois de reinstalar o pontífice Samuel o Vaticano, podia esperar entrar as Tulherias como novo rei David. Conquistara o apoio dos padres.

A revolta de 13 de junho limitou-se, como vimos, a uma passeata pacífica. Lauréis guerreiros não podiam, portanto, ser conquistados em sua repressão. Contudo, em uma época dessas, tão pobre de heróis e acontecimentos, o partido da ordem transformou esta batalha incruenta em uma segunda Austerlitz. Da tribuna e na imprensa elogiava-se o exército como o poder da ordem, em contraste com as massas populares, que representavam a impotência da anarquia, e se exalava Chagarier como o "baluarte da sociedade", ilusão em que ele próprio veio finalmente a acreditar. Subrepticamente, porém, os corpos de tropa que pareciam duvidosos foram transferidos de Paris, os regimentos em que as eleições haviam produzido os resultados mais democráticos foram banidos da França para a Argélia, os espíritos turbulentos existentes entre as tropas foram relegados a destacamentos penais e, por fim, o isolamento entre a imprensa e o quartel e entre o quartel e a sociedade burguesa foi efetuado de maneira sistemática.

Chegamos aqui ao ponto decisivo da história da Guarda Nacional francesa. Em 1830 ela tivera ação decisiva na queda da Restauração. Sob Luís Filipe abortaram todas as rebeliões nas quais a Guarda Nacional colocou-se ao lado das tropas. Quando nas jornadas de fevereiro de 1848 ela manteve uma atitude passiva diante da insurreição e uma atitude equívoca para com Luís Filipe, este considerou-se

perdido e, efetivamente, estava perdido. Arraijou-se assim a convicção de que a revolução não poderia triunfar sem a Guarda Nacional nem o exército vencer contra ela. Era a superstição do exército sobre a onipotência burguesa. As jornadas de junho de 1848, quando toda a Guarda Nacional, juntamente com as tropas de linha, sufocou a insurreição, haviam reforçado essa superstição. Depois que Bonaparte assumiu o poder, a posição da Guarda Nacional foi, de certo modo, efraquecida pela união inconstitucional, na pessoa de Chagarier, do comando de suas forças com o comando da Primeira Divisão do Exército.

Assim como o comando da Guarda Nacional aparecia aqui como atributo do comandante-geral do exército, a própria Guarda Nacional parecia ser um mero apêndice das tropas de linha. Finalmente, a 13 de junho seu poder foi quebrado, e não só por sua dissolução parcial, que daí por diante repetiu-se periodicamente por toda a França, até que dela restaram apenas meros fragmentos. A manifestação de 13 de junho fora, sobretudo, uma manifestação da Guarda Nacional democrática. Não tinham, é verdade, empunhado armas contra o exército, e sim envergado apenas sua farda; precisamente nessa farda, porém, estava o talismã. O exército convenceu-se de que esse uniforme era um pedaço de lã como qualquer outro. Quebrou-se o encanto. Nas jornadas de junho de 1848 a burguesia e a pequena burguesia, na qualidade de Guarda Nacional, se tinham unido ao exército contra o proletariado; a 13 de junho de 1849 a burguesia fez dispersar a Guarda Nacional pequeno-burguesa pelo exército; a 2 de dezembro de 1851 desapareceu a própria Guarda Nacional burguesa e Bonaparte limitou-se a registrar esse fato quando subsequente assinou o decreto de sua dissolução. A burguesia destruiu assim sua derradeira arma contra o exército, mas teve de fazê-lo em um momento no qual a pequena burguesia não mais a seguia como vassalo e sim levantava-se diante dela como rebelde, como de maneira geral teria forçosamente que destruir com suas próprias mãos todos os seus meios de defesa contra o absolutismo, tão logo se tornasse ela própria absolutista.

Enquanto isso, o partido da ordem celebrava a reconquista do poder que parecia ter-lhe escapado em 1848, apenas para voltar em 1849 sem limite algum, e celebrava-a por meio de invectivas contra a república e a Constituição, com maldições contra todas as revoluções presentes, passadas e futuras, inclusive as organizadas por seu próprio dirigente e por meio de leis que amordaçavam a imprensa, destruíam o direito de associação e faziam do estado de sítio uma instituição regular, orgânica. A Assembléia Nacional suspendeu então seus trabalhos desde meados de agosto até meados de outubro, depois de ter designado uma comissão permanente para reconstituí-la durante o período de recesso. Durante esse recesso, os legitimistas conspiraram em Ems, os orleanistas em Claremont, Bonaparte por meio de excursões principescas, e os Conselhos Departamentais nas deliberações sobre a revisão da Constituição - incidentes que geralmente ocorrem nos períodos de recesso da Assembléia Nacional e que só comentarei quando constituírem acontecimentos. Basta acrescentar aqui que a Assembléia Nacional agiu impoliticamente desaparecendo de cena durante longos intervalos e deixado que aparecesse à frente da república *uma única* e mesmo assim triste figura, a de Luís Bonaparte, enquanto para escândalo do público o partido da ordem fragmentava-se em seus componentes monarquistas e entregava-se às suas divergências

internas sobre a Restauração monárquica. Tantas vezes emudecia durante esses recessos no barulho cofuso do Parlamento e seus membros dissolviam-se pela ação, quantas se tornava indubitavelmente claro que só faltava uma coisa para completar o verdadeiro caráter dessa república: tornar permanente o recesso e substituir a *Liberté, Égalité, Fraternité*, pelas palavras inequívocas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia.

#### *Capítulo IV*

Em meados de outubro de 1849 a Assembléia Nacional reuniu-se uma vez mais. A 1º de novembro Bonaparte surpreendeu-a com uma mensagem em que anunciava a demissão do ministério Barrot-Falloux e a formação de um novo ministério. Jamais alguém demitiu lacaios com tanta semcerimônia como Bonaparte a seus ministros. Os pontapés destinados à Assembléia Nacional foram, o momento, dados em Barrot e companhia.

O ministério Barrot, como vimos, fora composto de legitimistas e orleanistas, um ministério do partido da ordem. Bonaparte necessitava dele para dissolver a Assembléia Constituinte republicana, para levar a cabo a expedição contra Roma e para destroçar o partido democrático. Eclipsara-se aparentemente detrás desse ministério, entregara o poder governamental as mãos do partido da ordem e assumira o modesto disfarce que o editor-resposável de um jornal usara sob Luís Filipe, a máscara de *homme de paille*. Agora arremessava fora essa máscara que não constituía mais o véu diáfano atrás do qual podia esconder sua fisionomia, e sim uma máscara de ferro que o impedia de exhibir uma fisioomia própria. Nomeara o ministério Barrot com o objetivo de quebrar a Assembléia Nacional em nome do partido da ordem; destituiu-o a fim de declarar-se independente da Assembléia Nacional do partido da ordem.

Não faltavam pretextos plausíveis para essa destituição. O ministério Barrot descuidava-se inclusive do decoro que teria permitido com que o presidente da República aparecesse como um poder ao lado da Assembléia Nacional. Durante o recesso da Assembléia Nacional, Bonaparte publicou uma carta dirigida a Edgar Ney<sup>111</sup> a qual parecia desaprovar a atitude liberal do Papa, da mesma forma que, quando se opusera à Assembléia Constituinte, publicara uma carta a qual elogiava Oudinot<sup>112</sup> pelo ataque contra a república romana. Quando a Assembléia Nacional votou os créditos para a expedição romana, Victor Hugo<sup>113</sup>, por um pretenso liberalismo, levantou a questão da carta. O partido da ordem sufocou com clamores despicientemente incrédulos na idéia de que os caprichos de Bonaparte pudessem ter qualquer importância política. Nenhum dos ministros levantou a luva em favor dele. Em outra ocasião, Barrot, com sua conhecida retórica oca, deixou escapar da tribuna palavras de indignação sobre as "abomináveis intrigas" que, segundo afirmava, se teciam nos círculos mais chegados ao presidente. Finalmente, embora o ministério tivesse obtido da Assembléia Nacional uma pensão de viuvez para a duquesa de Orléans, rejeitava toda e qualquer proposta que visasse a aumetar a Lista Civil do presidente. E em Bonaparte o pretendente imperial estava tão intimamente ligado com o aventureiro em maré de pouca sorte que sua grande idéia, a de que era chamado a restaurar o império, era sempre suplementada pela outra, de que o povo francês tinha a missão de pagar suas dívidas.

O ministério Barrot-Falloux foi o primeiro e último *ministério parlamentar* criado por Bonaparte. Sua destituição assinala, por conseguinte, uma reviravolta decisiva. O partido da ordem perdeu assim, para nunca mais reconquistar, uma posição indispensável para a manutenção do regime parlamentar, a alavanca do Poder Executivo. Torna-se imediatamente óbvio que em um país como a França, onde o Poder Executivo controla um exército de funcionários que conta mais de meio milhão de indivíduos e portanto mantém uma imensa massa de interesses e de existências na mais absoluta dependência; onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitas adquire uma ubiqüidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e uma elasticidade que só encontra paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do próprio coro social - compreende-se que em semelhante país a Assembléia Nacional perde toda a influência real quando perde o controle das pastas ministeriais, se não simplifica ao mesmo tempo a administração do Estado, reduz o corpo de oficiais do exército ao mínimo possível e, finalmente, deixa a sociedade civil e a opinião pública criarem órgãos próprios, independentes do poder governamental. Mas é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas umerosas ramificações que os *interesses materiais* da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais ítima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compesa sob forma de vecimetos o que não ponde embolsar sob a forma de lucros, juros, redas hoorários. Por outro lado, seus *interesses políticos* forçavam-a a aumetar diariamete as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo que empehar-se em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e receosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social, onde não coseguia amputá-los completamente. A burguesia francesa viu-se assim compelida por sua posição de classe a aniquilar, por um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e portanto inclusive o seu próprio, e, por outro lado, a tornar irresistível o Poder Executivo que lhe era hostil.

O novo ministério chamava-se ministério d'Hautpoul<sup>114</sup>. Não no sentido de que o general d'Hautpoul tivesse recebido o cargo de primeiro-ministro. Simultaneamente com a destituição de Barrot, Bonaparte abolira essa dignidade que, é bem verdade, condenava o presidente da República à situação de nulidade legal de um monarca Constitucional, porém um monarca Constitucional sem trono nem coroa, sem cetro nem espada, sem direito à irresponsabilidade, sem a posse imprescritível da mais alta dignidade do Estado e, pior que tudo, sem Lista Civil. O ministério d'Hautpoul possuía apenas um homem de projeção parlamentar, o agiota *Fould*<sup>115</sup>, um dos elementos mais notórios da alta finança. Coube-lhe a pasta da Fazenda. Consultando-se as cotações da Bolsa de Paris verifica-se que de 1º de novembro de 1848 em diante os fonds do governo francês sobem e descem com a subida ou a queda das ações bonapartistas. Enquanto Bonaparte encontrara assim seu aliado a Bolsa, chamou a si ao mesmo tempo o controle da polícia, nomeando Carlier<sup>116</sup> Chefe de Polícia de Paris.

Só no curso dos acontecimentos, porém, poderiam revelar-se as conseqüências da substituição de ministros. Em primeiro lugar, Bonaparte dera um passo à frente apenas para ser empurrado novamente para trás de maneira ainda mais conspícua. Sua mensagem brusca foi seguida da mais servil declaração de fidelidade à Assembléia Nacional. Sempre que os ministros ousavam fazer uma tentativa tímida de introduzir seus caprichos pessoais como propostas legislativas, eles mesmos pareciam realizar, só a contragosto e compelidos pelo cargo, *démarches* cômicas de cuja improficiência estavam de antemão convencidos. Sempre que Bonaparte declarava intempestivamente suas intenções às escondidas dos ministros e entretinha-se com suas *idées napoléoniées* seus próprios ministros desautorizavam-no da tribuna da Assembléia Nacional. Seus anseios de usurpação pareciam fazer-se ouvir apenas para que não silenciassem os risos malévolos de seus adversários. Comportava-se como um gênio incompreendido, a quem o mundo inteiro toma por um idiota. Nunca desfrutou o desprezo de todas as classes de maneira mais completa do que durante esse período. Nunca a burguesia governou de maneira mais absoluta, nunca exibiu com maior ostentação as insígnias de seu poder.

Não preciso entrar aqui na história de sua atividade legislativa, que se resume, neste período, em duas leis: a lei restabelecendo o *imposto sobre o vinho* e a *lei do ensino* abolido na irreligiosidade. Se o consumo do vinho foi dificultando aos franceses, em compensação era-lhes servido em abundância o licor da eternidade. Se a lei do imposto do vinho a burguesia declarava inviolável o velho e odioso sistema tributário francês, procurava através da lei do ensino assegurar entre as massas o velho estado de espírito conformista. É espantoso ver os orleanistas, os burgueses liberais, esses velhos apóstolos do voltairianismo e da filosofia eclética, confiarem a seus inimigos tradicionais, os jesuítas, a supervisão do espírito francês. Por mais que divergissem os orleanistas e legitimistas a respeito dos pretendentes ao trono, compreendiam que para assegurar seu domínio unificado era necessário unificar os meios de repressão de duas épocas, que os meios de subjugação da monarquia de julho tinham que ser complementados e reforçados com os meios de subjugação da Restauração.

Os camponeses, desapontados em todas as suas esperanças, esmagados mais do que nunca, de um lado pelo baixo nível dos preços do grão e de outro pelo aumento dos impostos e das dívidas hipotecárias, começaram a agitar-se nos Departamentos. A resposta foi uma investida contra os mestres-escolas, que foram submetidos ao clero, uma investida contra os maíres, que foram submetidos aos alcaides, e um sistema de espionagem, ao qual todos estavam sujeitos. Em Paris e nas grandes cidades a própria reação reflete o caráter da época, e provoca mais do que reprime. No campo torna-se monótona, vulgar, mesquinha, cansativa e vexatória - em suma, o gendarme. Compreende-se como três anos de regime de gendarme, consagrado pelo regime da Igreja, tinham forçosamente que enfraquecer a massa imatura.

Por maior que fosse o entusiasmo e a eloqüência empregada pelo partido da ordem contra a minoria, do alto da tribuna da Assembléia Nacional, seus discursos permaneciam monossilábicos como os dos cristãos, cujas palavras devem se limitar a sim, sim, não, não! Tão monossilábicos na tribuna como na imprensa. Insípidos como uma charada cuja solução já é conhecida. Quer se tratasse do direito de petição ou do imposto sobre o vinho, da liberdade de imprensa ou da liberdade de comércio, de clubes ou da

carta municipal, da proteção da liberdade individual ou da regulamentação do orçamento do Estado, a senha se repete constantemente, o tema permanece sempre o mesmo, o veredito está sempre pronto e reza invariavelmente: *socialismo*. Até o liberalismo burguês é declarado socialista, o desenvolvimento cultural da burguesia é socialista, a reforma financeira burguesa é socialista. Era socialismo construir uma ferrovia onde já existisse um canal, e era socialismo defender-se com um porrete quando se era atacado com um florete.

Isto não era mera figura de retórica, questão de moda ou tática partidária. A burguesia tinha uma noção exata do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civilização, que todos os deuses que inventara a tinham abandonado. Compreendia que todas as chamadas liberdades burguesas e ordem e progresso atacavam e ameaçavam seu domínio de classe, e tinham, portanto, se convertido em "*socialistas*". Nessa ameaça e nesse ataque ela discernia com acerto o segredo do socialismo, cujo sentido e tendência avaliava com maior precisão do que o próprio pretense socialismo; este não pode compreender por que a burguesia endurece cruelmente seu coração contra ele, se ele lamentar com sentimentalismo os sofrimentos da humanidade, ou se profetiza com espírito cristão na era milenar e na fraternidade universal, ou se nem estilo humanista palreia sobre o espírito, a cultura e a liberdade, ou se à moda doutrinária excogita de um sistema para a conciliação e bem-estar de todas as classes. O que a burguesia não alcançou, porém, foi a conclusão lógica de que seu *próprio regime parlamentar*, seu *poder político* de maneira geral, estava agora também a enfrentar o veredito condenatório geral de socialismo. Enquanto o domínio da classe burguesa não se tivesse organizado completamente, enquanto não tivesse adquirido sua pura expressão política, o antagonismo das outras classes não podia, igualmente, mostrar-se em sua forma pura, e onde aparecia não podia assumir o aspecto perigoso que converte toda luta contra o poder do Estado em uma luta contra o capital. Se em cada vibração de vida na sociedade, ela via a "tranquilidade" ameaçada, como podia aspirar a manter à frente da sociedade um *regime de desassossego*, seu próprio regime, o *regime parlamentar*, esse regime que, segundo a expressão de um de seus porta-vozes, vive em luta e pela luta? O regime parlamentar vive do debate; como pode proibir os debates? Cada interesse, cada instituição social, é transformado aqui em idéias gerais, debatido como idéias; como pode qualquer interesse, qualquer instituição, afirmar-se acima do pensamento e impor-se como artigo de fé? A luta dos oradores na tribuna evoca a luta dos escribas na imprensa; o clube de debates do Parlamento é necessariamente suplementado pelos clubes de debates dos salões e das tabernas; os representantes, que apelam constantemente para a opinião pública, dão à opinião pública o direito de expressar sua verdadeira opinião nas petições. O regime parlamentar deixa tudo à decisão das maiorias; como então as grandes maiorias fora do Parlamento não hão de querer decidir? Quando se toca música nas altas esferas do Estado, que se pode esperar dos que estão embaixo, senão que dancem?

Assim, denunciado agora como "*socialista*" tudo o que anteriormente exaltara como "*liberal*", a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do *self-governmet*; que, a fim de restaurar a calma no país, é preciso antes de tudo restabelecer a calma no seu Parlamento burguês; que a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído; que o burguês

particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política; que, a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e que a espada que a deve salvarguardar é fatalmente também uma espada de Dâmocles<sup>117</sup> suspensa sobre sua cabeça.

No campo dos interesses gerais da burguesia a Assembléia Nacional mostrava-se tão improdutiva que, por exemplo, os debates sobre a estrada de ferro Paris-Avigo, que começaram no inverno de 1850, não tinham sido concluídos ainda a 2 de dezembro de 1851. Onde não reprimia ou exercia uma atuação reacionária, estava atacada de incurável esterilidade.

Enquanto o ministério assumia em parte a iniciativa de formular leis dentro do espírito do partido da ordem, e em parte superava mesmo a violência daquele partido na execução e fiscalização das mesmas, o próprio Bonaparte, por outro lado, através de propostas tolas e infantis, tentava ganhar popularidade, ressaltar sua oposição à Assembléia Nacional, e aludir a reservas secretas que estavam apenas temporariamente impedidas pela situação de porem seus tesouros ocultos à disposição do povo francês. Para isso, opôs que se decretasse um aumento de quatro *sous* por dia o soldo dos suboficiais; para isso, propôs a criação de um banco para conceder créditos de hora aos operários. Dinheiro como dádiva e dinheiro como empréstimo, era com perspectivas como essas que esperava atrair as massas. Donativos e empréstimos - resume-se isso na ciência financeira do lumpen proletariado, tanto de alto como de baixo nível. Essas eram as únicas alavancas que Bonaparte sabia movimentar. Nunca um pretendente especulou mais vulgarmente com a vulgaridade das massas.

A Assembléia Nacional inflamou-se repetidas vezes com essas inegáveis tentativas de ganhar popularidade à sua custa, com o crescente perigo de que esse aventureiro, esporeado pelas dívidas e sem reputação que o freasse, se lançasse a um golpe desesperado. A divergência entre o partido da ordem e o presidente assumira um caráter ameaçador quando um acontecimento inesperado atirou o segundo, contrito, nos braços do primeiro. Referimo-nos às *eleições suplementares de 10 de março de 1850*. Essa eleição foi realizada com o propósito de preencher as cadeiras de deputados que haviam ficado vazias depois de 13 de junho em virtude da prisão ou do exílio de seus ocupantes. Paris elegeu apenas candidatos social-democratas. Concentrou mesmo a maioria dos votos em um insurreto de junho de 1848, Deflotte<sup>118</sup>. Assim a pequena burguesia de Paris, aliada ao proletariado, vingou-se da derrota sofrida a 13 de junho de 1849. O proletariado parecia ter-se afastado do campo de batalha na hora do perigo só para reaparecer em ocasião mais propícia com maior número de combatentes e um grito de guerra mais audaz. Uma circunstância parecia ressaltar o perigo dessa vitória eleitoral. O exército votou em Paris a favor do insurreto de junho e contra *La Hitte*<sup>119</sup>, ministro de Bonaparte, e os departamentos principalmente a favor dos *montagnards*, que também aqui, embora de maneira não tão decisiva como em Paris, mantinham ascendência sobre seus adversários.

Bonaparte viu-se de repente confrontado outra vez com a revolução. Da mesma forma que a 29 de janeiro de 1849 e a 13 de junho de 1849, também, a 10 de março de 1850, desapareceu atrás do partido da ordem. Rendeu-lhe tributo, pediu perdão de maneira pusilânime, prontificou-se a nomear o ministério

que quisessem por indicação da maioria parlamentar, chegou ao ponto de implorar aos dirigentes dos partidos orleanistas e legitimistas, aos Thiers, Berryers<sup>120</sup>, Broglés, Molés<sup>121</sup>, em suma aos chamados burgraves, que assumissem eles próprios a direção do Estado. O partido da ordem mostrou-se incapaz de se beneficiar com essa oportunidade que não mais se repetiria. Em vez de assumir corajosamente o poder que lhe era oferecido, nem sequer obrigou Bonaparte a reintegrar o ministério que dissolvera a 1º de novembro; contentou-se em humilhá-lo com seu perdão e incorporar o Sr. Baroche<sup>122</sup> ao ministério d'Hautpoul. Na qualidade de promotor público esse Baroche investira e debatera perante o Supremo Tribunal de Bourges, na primeira vez contra os revolucionários de 15 de maio, na segunda contra os democratas de 13 de junho, ambas as vezes a pretexto de atentando contra a Assembléia Nacional. Pois bem: nenhum dos ministros de Bonaparte cotribuiu mais, subseqüetemente, para a degradação da Assembléia Nacional, e depois de 2 de dezembro de 1851 encontramos-lo novamente bem instalado e muitíssimo bem pago como vice-presidente do Senado. Cuspira na sopa dos revolucionários para que Bonaparte pudesse tomá-la.

O partido social-democrata, por seu lado, parecia apenas procurar pretextos para pôr novamente em dúvida sua vitória e quebrar sua agressividade Vidal<sup>123</sup>, um dos representante recém-eleitos por Paris, fora eleito simultaneamente por Estrasburgo. Induziram-no a abrir mão da diplomação por Paris e aceitar a de Estrasburgo. E assim, em vez de tornar definitiva sua vitória nas urnas e obrigar portanto o partido da ordem a contestá-la imediatamente o Parlamento, em vez de forçar o adversário a lutar em um momento de entusiasmo popular e em que o exército se mostrava favorável, o partido democrata esgotou Paris durante os meses de março e abril com uma nova campanha eleitoral, deixou que a exaltação das paixões populares se perdesse nesse repetido jogo eleitoral, deixou que a energia revolucionária se saciasse com os êxitos constitucionais, se dissipasse em intrigas mesquinhas, oratória oca e manobras falsas, deixou que a burguesia reunisse suas forças e fizesse seus preparativos e, finalmente, permitiu que o significado das eleições de março encontrasse um comentário sentimentalmente enfraquecedor na eleição suplementar de abril, em que foi eleito Eugène Sue<sup>124</sup>. Em resumo, transformou o 10 de março em um 1º de abril.

A maioria parlamentar percebeu a debilidade de seu adversário. Seus 17 burgraves - pois Bonaparte deixara-lhes a direção e a responsabilidade do ataque - elaboraram uma nova lei eleitoral cuja apresentação foi confiada ao Sr. Faucher<sup>125</sup>, que solicitou essa honra para si. A 8 de maio apresentou a lei segundo a qual seria abolido o sufrágio universal, seria imposta a condição de que os eleitores residissem pelo menos três aos na circunscrição eleitoral e, finalmente, tornaria a prova de domicílio dependente, o caso dos operários, de um atestado fornecido pelos patrões.

Da mesma forma por que os democratas tinham, em estilo revolucionário, agitando os espíritos e feito demonstrações de violência durante a campanha eleitoral constitucional, agora, quando se tornava necessário provar o caráter sério dessa vitória de armas a mão, em estilo constitucional pregavam a ordem, "majestosa serenidade", a atuação legal, ou seja, a submissão cega à vontade da contra-revolução, que se impunha como lei. Durante os debates, a Montanha cobriu de vergonha o partido da ordem, afirmado,

contra a paixão revolucionária do último, a atitude desapaixonada do filisteu que se mantém dentro da lei, e fulminando aquele partido com a censura terrível de que procedera de maneira revolucionária. Mesmo os deputados recém-eleitos se esmeravam em provar, com sua atitude correta e discreta, o absurdo que era atacá-los como anarquistas e atribuir sua eleição a uma vitória da revolução. A 31 de maio foi aprovada a nova lei eleitoral. A Montanha contentou-se em enfiar sorratamente um protesto no bolso do presidente da assembleia. À lei eleitoral seguiu-se uma nova lei de imprensa, pela qual a imprensa revolucionária foi totalmente suprimida. Merecera essa sorte. O *National* e *La Presse*, dois órgãos burgueses, ficaram depois desse dilúvio como a guarda mais avançada da revolução.

Vimos como durante os meses de março e abril os dirigentes democráticos haviam feito tudo para envolver o povo de Paris em uma luta falsa e como, depois de 8 de maio, fizeram tudo para desviá-lo da luta efetiva. Além disso, não devemos esquecer que o ano de 1850 foi um dos anos mais esplêndidos de prosperidade industrial e comercial, e o proletariado de Paris atravessa, assim, uma fase de pleno emprego. A lei eleitoral de 31 de maio de 1850, porém, o excluiu de qualquer participação no poder político. Isolou-o da própria arena. Atirou novamente os operários à codição de párias que haviam ocupado antes da Revolução de Fevereiro. Deixando-se dirigir pelos democratas diante de um tal acontecimento e esquecendo os interesses revolucionários de sua classe por um bem-estar momentâneo, os operários renunciaram à hora de se tornarem uma força vencedora, submeteram-se a sua sorte, provaram que a derrota de junho de 1848 os pusera fora de combate por muitos anos e que o processo histórico teria por enquanto que passar *por cima de* suas cabeças. O que concerne à pequena burguesia - que a 13 de junho gritara: "Mas se ousarem investir contra o sufrágio universal, bem, então lhes mostraremos de que somos capazes!" - contentava-se agora em discutir que o golpe contra-revolucionário que a atingira não era golpe e que a lei de 31 de maio não era lei. No segundo domingo de maio de 1852 todos os franceses compareceriam às urnas empunhando em uma das mãos a cédula eleitoral e na outra a espada. Satisfizes-se com essa profecia. Finalmente, o exército foi punido por seus oficiais superiores em vista das eleições de março e abril de 1850, como o tinha sido a 28 de maio de 1849. Desta vez, porém, declarou com decisão: "A revolução não nos enganará uma terceira vez."

A lei de 31 de maio de 1850 era o golpe de Estado da burguesia. Todas as vitórias até então conquistadas sobre a revolução tinham tido apenas um caráter provisório. Viam-se ameaçadas assim que cada Assembleia Nacional saía de cena. Dependiam dos riscos de uma nova eleição geral, e a história das eleições a partir de 1848 demonstrava irrefutavelmente que a influência moral da burguesia sobre as massas populares ia-se perdendo a mesma medida em que se desenvolvia seu poder efetivo. A 10 de março o sufrágio universal declarou-se diretamente contrário à dominação burguesa; a burguesia respondeu pondo fora da lei o sufrágio universal. A lei de 31 de maio era, portanto, uma das necessidades da luta de classes. Por outro lado, a Constituição estabelecia um mínimo de 2 milhões de votos para tornar válidas a eleição do presidente da República. Se nenhum dos candidatos à presidência recebesse esse mínimo de sufrágios, a Assembleia Nacional deveria escolher o presidente entre os três candidatos mais votados. Na época em que a Assembleia Constituinte elaborara essa lei as listas eleitorais registravam 10 milhões de eleitores. Em sua opinião, portanto, um quinto do eleitorado era suficiente para tornar válida a

eleição presidencial. A lei de 31 de maio cortou das listas eleitorais pelo menos 3 milhões de votantes, reduziu para 7 milhões o número de eleitores e, não obstante, manteve o mínimo legal de 2 milhões de votos para a eleição presidencial. Elevou por conseguinte o mínimo legal de um quinto para quase um terço dos eleitores, ou seja, fez tudo para retirar a eleição do presidente das mãos do povo e entregá-la nas mãos da Assembléia Nacional. Assim, através da lei eleitoral de 31 de maio, o partido da ordem parecia ter tornado seu domínio duplamente garantido, entregando a eleição da Assembléia Nacional e do presidente da República ao setor mais estacionário da sociedade.

## Notas

<sup>94</sup> **Escrito em:** 1851-1852 **1ª Edição:** "Die Revolutio", Primavera de 1852. **Origem da presente transcrição:** gentilmente cedida pela redacção de "O Vermelho" **Origem dos prefácios, notas e índices:** gentilmente cedidos por "Edições «Avante!»": "O 18 de Brumário de Louis Bonaparte (2ª Edição), Abril de 1984. Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas. **HTML** por José Braz para Marxists Internet Archive, 2003. Reproduzido de: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte.** **I:** **Marxist** Internet Archives. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm> Acesso em: 28.07.2016

<sup>95</sup> Continuação. Ver Parte I e II em PDF.

<sup>96</sup> Girondinos Grupo importante a Assembleia Legislativa e a Conveção, durante a Revolução Francesa. Assim chamados devido ao facto de vários dos seus chefes virem da região da Gironda, França. Entre eles salientam-se o sábio Condorcet.

Os girondinos eram sobretudo da burguesia desafogada, dos negócios, banqueiros e armadores dos grandes portos e eram representados por jornalistas e advogados dessa burguesia. Representavam quem mais tinha beneficiado com a Revolução de 1789 e estavam por consequência resolvidos a impedir um retorno do Antigo Regime, mas também relutantes quanto à evolução para uma democracia social.

Depois de entedimentos iniciais passaram a grandes rivais políticos dos **jacobinos**, com Robespierre à cabeça. Implicaram Luís XVI, quando este formou um governo girondino em 1792, lançando a França uma guerra civil de 23 anos.

a Conveção representavam a direita da Assembleia. Lançaram violentos ataques a Marat. O processo de Luís XVI (1792-93), separa de vez a Gironda da Revolução, quando os girondinos um apelo ao povo, tentam salvar a vida do rei (sem sucesso aliás). Conseguem a condenação de Marat que é absolvido pelo tribunal revolucionário.

Com uma última manobra, consegue nomear uma comissão para vigiar a segurança da Assembleia e de investigar as exacções da Comuna parisiense. A comissão tenta a prisão de Hébert que põe os "Montanheses" (dos quais os **jacobinos** são uma fracção) em insurreição, que cercam a Conveção, a 2 de Junho de 1793. A maioria, aterrorizada, vota a prisão dos chefes girondinos. Uns são obrigados a suicidar-se, outros são executados a 31 de Outubro de 1793.

<sup>97</sup> "Pais eleitos (título de hora dos senadores da Roma antiga). a edição do 18 de Brumário de Luís Bonaparte, a numeração das notas não leva ao link do conteúdo. Por esta razão, buscamos a informação na edição Boitempo: MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 56, nota em asterisco.

<sup>98</sup> Restauração. Restauração de 1660-1689: Período do segundo reinado da dinastia dos Stuarts a Inglaterra, derrubada pela revolução burguesa inglesa do século XVII. Restauração de 1814-1830: Período da história de França (1814-1830) durante o qual os Bourbons, derrubados pela Revolução burguesa francesa de 1792, foram reinstalados no trono.

<sup>99</sup> Schlemihl, Peter: personagem da obra de Chamisso História Maravilhosa de Peter Schlemihl, que trocou a sua sombra por uma bolsa mágica.

<sup>100</sup> Falloux, Alfred (1811-1886): político francês, legitimista e clerical, iniciador em 1848 da dissolução das oficinas nacionais e inspirador do esmagamento da insurreição de Junho em Paris, ministro da Ednuncação (1848- 1849).

<sup>101</sup> Louis Eugée Cavaignac (1802-1857): General e político francês, republicano modernado; a partir de Maio de 1848 foi ministro da Guerra, e esmagou com extrema crueldade a **insurreição de Junho** dos operários de Paris; chefe do poder executivo em Junho-Dezembro de 1848. Foi eleito Deputado por Paris, mas recusou-se, as duas ocasiões, a prestar juramento de fidelidade ao novo regime.

<sup>102</sup> Lamoriciere, Christophe Louis Léo (1806-1865): General francês; eleito para a Câmara dos Deputados em 1846; republicano burguês modernado, em 1848 participou activamente o esmagamento da **insurreição de Junho**; depois foi ministro da Guerra no governo de Cavaignac (Junho-Dezembro). Adversário de Luís Napoleão, votou contra a revisão da Constituição.

<sup>103</sup> Bedeau, Marie Alphose (1804-1863): general e político francês, republicano burguês modernado; durante a Segunda República foi vice-presidente das assembleias Constituinte e Legislativa.

<sup>104</sup> Ledru-Rolli, Alexandre Auguste (1807-1874): publicista francês, um dos chefes dos democratas pequeno-burgueses, redactor do jornal *La Réforme*; deputado às assembleias Constituinte e Legislativa, onde chefiou o partido da Montanha; depois emigrou.

<sup>105</sup> Tratam-se dos dois partidos monárquicos da burguesia francesa a primeira metade do século XIX: os legitimistas e os

orleanistas.

Legitimistas: partidários da dinastia "legítima" dos Bourbons, derrubada em 1830, que representava os interesses dos detentores de grandes propriedades fundiárias hereditárias. a luta contra a dinastia reinante dos Orleães (1830-1848), que se apoiava a aristocracia financeira e a grande burguesia, uma parte dos legitimistas recorria frequentemente à demagogia liberal, apresentando-se como defensores dos trabalhadores contra os exploradores burgueses.

Orleanistas: partidários dos duques de Orleães, ramo secundário da dinastia dos Bourbons, que se mantiveram o poder desde a revolução de Julho de 1830 até serem derrubados pela revolução de 1848; representavam os interesses da aristocracia financeira e da grande burguesia. No período da Segunda República (1848-1851) ambos os agrupamentos monárquicos constituíram o núcleo do "partido da ordem", partido conservador unificado.

<sup>106</sup> Bourbons: dinastia real em França (1589-1792,1814-1815 e 1815-1830).

<sup>107</sup> Partido político da Inglaterra que surgiu em fins do século XVIII. Expressava os interesses da aristocracia fundiária e do alto clero, defendia as tradições do passado feudal. Em meados do século XIX, na base do partido dos *tories*, foi criado o Partido Conservador.

<sup>108</sup> Berryer, Pierre Atoie (1790-1868): advogado e político francês, legitimista.

<sup>109</sup> **Proudhon, Pierre Joseph** (1809-1865): Publicista, economista e sociólogo francês, ideólogo da pequena burguesia. Um dos fundadores do anarquismo. Seu pai, de origem camponesa, trabalhava numa cervejaria e o próprio Proudhon exerceu atividades como corretor em Paris, Marselha e outras cidades. Dirigiu, durante algum tempo, uma impressora em Besaço. Seu primeiro trabalho: *Que é a Propriedade?* (1840) e que contém a famosa frase "A propriedade é o roubo!" teve grande repercussão. Publicou em seguida o *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* (1846), ao qual **Marx** respondeu com a obra **Miséria da Filosofia**. Proudhon escreveu também a *Capacidade Política dos Trabalhadores*, que exerceu profunda influência sobre o movimento operário francês. Encarcerado por suas atividades, depois da revolução de 1848 Proudhon foi nomeado membro da Assembleia Constituinte. Após o golpe de Estado de **Luís Napoleão**, refugiou-se na Bélgica, onde permaneceu até a morte.

Ao criticar a grande propriedade capitalista de acordo com sua posição pequeno-burguesa, Proudhon aspira perpetuar a pequena propriedade privada, propunha organizar o Banco do Povo e o Banco do Câmbio, com ajuda dos quais obteriam os operários – segundo ele – seus próprios meios de produção, se converteriam em artesãos e assegurariam a venda "equitativa" de seus produtos. Proudhon não compreendia o papel histórico e o significado do proletariado e negava a luta de classes, a revolução proletária e a ditadura do proletariado. Como anarquista, negava, também, a necessidade do Estado. **Marx** e **Engels** mantiveram, uma luta conseqüente contra as tentativas de Proudhon de impor suas idéias à **I Internacional**. O proudhonismo foi submetido a uma crítica demolidora na obra de Karl Marx: "**Miséria da Filosofia**". A luta determinada de **Karl Marx** e **F. Engels** e seus partidários contra o proudhonismo terminou com a completa vitória do marxismo a **I Internacional**. **Lênin** caracterizou o proudhonismo de "teoria do pequeno-burguês e do filisteu obtuso", incapaz de colocar-se do ponto de vista da classe operária. As idéias do proudhonismo são utilizadas em grande escala pelos "teóricos" burgueses para defenderem a colaboração entre as classes.

<sup>110</sup> Vieyra: coronel francês, bonapartista, participante activo no golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851.

<sup>111</sup> Ney, Edgar (1812-1882): oficial francês, bonapartista, ajudante-de-campo do presidente Luis Bonaparte.

Orleães, duque de: ver **Luis Filipe**.

<sup>112</sup> **Oudinot, Nicolas Charles Victor** (1791-1863): General francês, **orleanista**; em 1849 comandou as tropas enviadas contra a República de Roma; Eleito Deputado à Assembléia Legislativa; tentou organizar a resistência contra o golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851.

<sup>113</sup> Hugo, Victor Marie. (1802-1885): Escritor francês, durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa; adversário de Luís Bonaparte. Participou das barricadas que seguiram o golpe de 2 de dezembro, tendo depois que se exilar até 1870.

<sup>114</sup> Hautpoul, Alphose Heri (1789-1865): general francês, legitimista, depois bonapartista; ministro da Guerra (1849-1850).

<sup>115</sup> Fould, Achille (1800-1867): baqueiro francês, orleanista, mais tarde bonapartista; entre 1849 e 1867 foi várias vezes ministro das Finanças.

<sup>116</sup> Carlier, Pierre (1799-1858): prefeito da polícia de Paris (1849-1851), bonapartista.

<sup>117</sup> **Dâmocles**. Segundo uma lenda da Grécia Antiga, Dâmocles, favorito da corte do tirano de Siracusa Dioísio (século IV a.e.), foi convidado por este para um baquete durante o qual Dioísio, querendo convencer Dâmocles, que o invejava, da fragilidade do bem-estar humano, o fez setar o seu trono, suspedado com uma cria de cavalo uma afiada espada sobre a sua cabeça. A expressão "espada de Dâmocles" é símbolo de um perigo terrível, próximo e permanente.

<sup>118</sup> **De Flotte, Paul-Louis François Reé** (1817-1860): Oficial de marinha francês, partidário de **Blaqui**, participante activo nos acontecimentos de 15 de Maio e a insurreição de Junho de 1848 em Paris, deputado à Assembleia Legislativa (1850-1851). Após o golpe de Estado de 2 de dezembro, foi expulso da França. Flotte participou também do movimento de libertação italiana dirigido por **Garibaldi**.

<sup>119</sup> La Hitte, Jea Erest (1789-1878): general francês, bonapartista, deputado à Assembleia Legislativa (1850-1851), ministro dos negócios Estrangeiros (1849- 1851)

<sup>120</sup> **Berryer, Pierre Atoie** (1790-1868): Advogado e político francês, Foi, durante a monarquia de julho, o porta-voz dos legitimistas. Deputado à Assembleia Constituinte em 1848, sustentou ela que o direito divino dos reis não deve ser submetido ao sufrágio universal. Permaneceu fiel ao princípio da legitimidade até a morte.

<sup>121</sup> Molé, Louis Mathieu, conde (1781-1855): estadista francês, orleanista, primeiro-ministro (1836-1837 e 1837-1839); durante a Segunda República foi deputado às assembleias Constituinte e Legislativa.

---

<sup>122</sup> Baroche, Pierre Jules (1802-1870): político e estadista francês, representante do partido da ordem, depois bonapartista; em 1849 foi procurador-geral do Tribunal de Apelação.

<sup>123</sup> Vidal, François (1814-1872): economista francês, socialista pequeno-burguês, em 1848 foi secretário da Comissão do Luxemburgo, deputado à Assembleia Legislativa (1850-1851).

<sup>124</sup> Sue, Eugène (1804-1857): escritor francês, deputado à Assembleia Legislativa (1850-1851).

<sup>125</sup> Faucher, Léo (1803-1854): político francês, orleanista, economista malthusiano, ministro do Interior (Dezembro de 1848-Maio de 1849, 1851), mais tarde bonapartista.